



ESTADO DE ALAGOAS
PODER EXECUTIVO
CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA

Às nove horas e trinta minutos do dia 20 (vinte) de agosto de 2007, reuniu-se o **CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONSEG**, na sala dos despachos do Palácio Floriano Peixoto, em Maceió/AL, presentes os Conselheiros MANOEL CAVALCANTE LIMA NETO (Presidente), DELSON LYRA DA FONSECA, KARLA PADILHA REBELO MARQUES, TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE, ARNALDO SOARES DE CARVALHO, JORGE SILVA COUTINHO, CARLOS ALBERTO BARBOSA, PAULO HENRIQUE FALCÃO BRÊDA e LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAÚJO, foi Verificada a existência de quorum legal com a presença de 09 conselheiros, justificada a ausência do conselheiro JOSÉ GUEDES, o presidente declarou aberta a quarta sessão do conselho ressaltando a presença do novo Conselheiro LEAN ARAUJO, Procurador de Justiça indicado pela Assembléia Legislativa e que tem muito a contribuir com o Conselho em face de sua experiência de Procurador-Geral de Justiça por dois mandatos, Corregedor-Geral do Ministério Público e ainda do exercício de outros cargos; em seguida passou a mencionar a visita oficial que fez à sede da Polícia Civil e ao Quartel Geral da Polícia Militar do Estado, sendo muito bem recebido pelo Delegado Carlos Alberto Reis e pelo Coronel José Rubens Goulart, respectivamente, Delegado Geral da Polícia Civil e Comandante Geral da Polícia Militar, este também acompanhada de diversos coronéis do Estado-maior da Polícia Militar; Registrou a presença do Cel. ADILSON BISPO, Comandante do Policiamento da Capital que atendeu à convocação para prestar esclarecimentos perante o Conselho. Dando continuidade, falou sobre a publicação no jornal Gazeta de Alagoas da nota de resposta aprovada por este Plenário na sessão anterior. Nesse momento, o Presidente informou que a ata da sessão anterior será apreciada no fim dos trabalhos e iniciou a análise da pauta, franqueando a palavra ao conselheiro TUTMÉS AIRAN para que o mesmo apresentasse ao Conselho alguma informação acerca da Desativação ou não do Centro de Apoio às Vítimas de Crime – CAV. O Conselheiro TUTMÉS AIRAN, autor da proposta, informou que vai levantar maiores informações e na próxima sessão trará maiores detalhes sobre o caso. Oportunamente, o Conselheiro PAULO HENRIQUE BRÊDA solicitou ao Presidente a inversão da ordem da pauta, pois o Cel. ADILSON BISPO já se encontrava presente e poderia iniciar a sua explanação. **O Plenário concordou por unanimidade e decidiu que o tempo de cada convidado disponibilizado para falar seria de 15 (quinze) minutos.** Dessa forma, o Cel. ADILSON BISPO passou a discorrer sobre os itens questionados pelos Conselheiros, sempre com a finalidade de dirimir quaisquer dúvidas dos Conselheiros, que passaram a ouvi-lo atentamente. Iniciou relatando as principais dificuldades que a Polícia Militar tem em se fazer presente nos principais pontos críticos da cidade e prestar suas precípuas atribuições, que é

realizar a segurança pública ostensiva. Ainda no início da exposição do representante da Polícia Militar, o Presidente do Conselho destacou a chegada dos Presidentes da ADEPOL/AL, o Delegado ANTONIO CARLOS AZEVEDO LESSA e do SINDPOL, o Agente de Polícia CARLOS JORGE DA ROCHA. Continuando, o Cel. ADILSON BISPO fez um alerta sobre o problema do uso e tráfico de drogas na cidade e o esforço diário da Polícia Militar para enfrentar esse problema, em seguida passou a discorrer sobre o caso das torcidas organizadas e a dificuldade que é fiscalizar essa atividade, principalmente na hora da dispersão, onde acontecem diversos tipos de delitos, que vão dos pequenos furtos até crimes mais graves, inclusive a Polícia Militar trabalha conta com a iniciativa do Ministério Público que já preparou alguns termos de ajustamento de condutas com a finalidade de minimizar esse problema. Relatou, também, no que diz respeito às barreiras policiais, que atualmente estão em funcionamento as localizadas nas rodovias AL 101 sul e norte e daqui a alguns dias, com a contratação de aproximadamente 1.000 (hum mil) novos soldados, será reativada as barreiras policiais de Satuba e Rio Largo, dois importantes pontos de saída e/ou entrada da cidade. Aproveitou a oportunidade para comunicar que a Polícia Militar tem certa dificuldade em instalar barreiras policiais e efetuar operações em rodovias federais, devido a alguns conflitos de competência com a Polícia Rodoviária Federal. Além do que tal serviço demanda um grande número de policiais e conforme já mencionou, o efetivo atual é deficiente. Antes de finalizar o Coronel ADILSON BISPO lembrou que vários espetáculos de grande porte são eventos particulares e se não seria viável a instituição de taxas para que fosse disponibilizada segurança privada nessas manifestações, concluindo assim sua explanação. Ao final da exposição do Coronel ADILSON BISPO o Presidente deu uma breve explicação da dificuldade que é a instituição de uma taxa para um caso desses, principalmente devido a questões de constitucionalidade e, continuando, perguntou ao mesmo qual o efetivo que o mesmo dispõe para o policiamento da capital e qual quantitativo é disponibilizado em um dia de jogo de futebol ou mesmo um grande show. O Cel. ADILSON BISPO respondeu que dispõe de aproximadamente 2200 (dois mil e duzentos) policiais distribuídos em 12 (doze) unidades. O presidente inquiriu sobre como se dá a escala de serviço e a questão, por todos sabida, da falta de policiais nas ruas. O Cel. ADILSON BISPO respondeu que o número de policiais nos batalhões está defasado e por outro lado a área geográfica de circunscrição de cada unidade dessas é enorme, alegando inclusive que trabalha com apenas 40% do pessoal que deveria ter à disposição. Complementando, informou que nos shows a Polícia Militar disponibiliza de 02 a 03 guarnições e nas partidas de futebol, cerca de 250 Policiais e o canil, e que nesses eventos o maior problema é o controle da venda excessiva de bebidas alcoólicas. Facultada a palavra ao Plenário, o Conselheiro DELSON LYRA perguntou se o efetivo que o Coronel tem à sua disposição está 100% apto a realizar todas as suas funções, fez uma pequena explicação sobre a atribuição da Polícia Rodoviária Federal e solicitou uma explicação do motivo pelo qual durante a noite o policiamento ostensivo é mais deficiente. Antes de o Coronel responder, o Conselheiro JORGE COUTINHO informou que é imprescindível que ocorra cooperação entre a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar devido ao levantamento de dados que pode em muito ajudar a diminuir os índices de criminalidade. Logo em seguida o Conselheiro CARLOS ALBERTO falou da necessidade de estar sempre reciclando o Policial devido às novas tecnologias que vão surgindo e, principalmente, para o Policial saber lidar com as situações adversas que ele vai enfrentar na rua. Feitas as considerações,

o Cel. ADILSON BISPO, começou respondendo a última pergunta do Conselheiro DELSON LYRA informando que, ultimamente, tem necessitado deslocar 05 (cinco) viaturas para um trecho, da rodovia próxima ao “posto Flecha”, conhecido como “trevo da morte” com a finalidade de combater o alto índice de assaltos a ônibus que vem acontecendo naquela região, o que causa certa deficiência no patrulhamento da capital, e lembrou que essa é também uma das dificuldades enfrentadas pela Polícia Militar, que é ter de priorizar determinados indicativos em detrimento de outros, sem descuidar a necessidade de dar maior visibilidade à Polícia Militar. Nesse momento o Presidente registra a presença do Conselheiro ALBERTO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA e relembra da necessidade de se objetivar as perguntas. Continuando, o Cel. ADILSON BISPO informou que o efetivo da Polícia Militar está velho e precisa ser aumentado com urgência, causando um aumento na carga de trabalho e dificultando a realização de operações. Pelo que observou até o presente momento, O conselheiro LEAN ARAÚJO destacou 02 (dois) pontos que deveriam ser priorizados no Planejamento Estratégico da Instituição Polícia Militar, que seriam Recursos Humanos e Financeiros, sendo necessário saber qual o custeio, os investimentos, as despesas com pessoal, de preferência por unidade executora, e qual a representação das despesas em relação à Receita Corrente Líquida do Estado; finalizando, gostaria de saber se existe aqui no Estado um estudo indicando o número ideal de policiais para cada 100.000 habitantes, a exemplo do que acontece noutros Estados, e, concluindo, lembrou a necessidade de a Polícia Militar apresentar projetos ligados à Segurança Pública para conseguir recursos do PRONASCI. Nesse momento, o Presidente explicou ao Plenário que a colocação do conselheiro LEAN ARAÚJO é muito pertinente e que, inclusive, já existe um expediente dirigido à Fazenda Estadual nesse sentido, devendo apenas ser complementado com essas novas requisições, **o assunto foi imediatamente colocado em discussão e votação, tendo o Plenário por unanimidade aprovado o pedido de complementação de dados.** Segundo a Secretaria o ofício inicial dirigido à SEFAZ é o de número CONSEG 038/07. O Conselheiro TUTMÉS AIRAN questionou o Cel. ADILSON BISPO acerca do número de policiais que desempenham atividade-meio e que deveriam estar nas ruas, combatendo a criminalidade, bem como qual critério é utilizado para a lotação dos homens que integram o Batalhão de Guardas, pois tem informações que para lá são deslocados policiais que dão problema em outras unidades, problemas do tipo alcoolismo, faltas ao serviço, insubordinação, etc. Enquanto, na visão do Conselheiro TUTMÉS AIRAN no referido Batalhão deveria trabalhar policiais especiais, treinados para o tipo de atividade que o caso requer e receber suas devidas gratificações por tal serviço, a exemplo do BOPE. O Cel. BISPO informou que o Batalhão de Guardas não sofre nenhuma forma de perseguição e, da mesma forma que ocorre em outras unidades, também tem seus problemas, inclusive é um batalhão muito atuante, pois é ele quem faz a segurança dos prédios do Poder Judiciário. No tocante à atividade-meio, a Polícia Militar tem feito um enorme esforço no sentido de diminuir a quantidade de policiais que permanecem nos quartéis desenvolvendo atividades administrativas, mas mesmo assim todos estes vão às ruas ao menos duas vezes por semana e o quantitativo deve girar em torno de 5% do efetivo. O Conselheiro ALBERTO JORGE informou ao Cel. ADILSON BISPO a importância simbólica que tem a colocação das barreiras policiais, o impacto que elas causam no meio social, com a presença física do policial na rua, e indagou qual o quantitativo de Policiais Militares que atualmente são disponibilizados para esse serviço. O Cel. ADILSON BISPO

reafirmou que atualmente o serviço de colocação de barreiras policiais está deficiente, pelos motivos aqui já mencionados, mostrou-se consciente da necessidade e importância do serviço e explicou ao Conselheiro que está em fase de conclusão um curso de formação de aproximadamente 1.000 (mil) soldados e no máximo em 15 dias, as barreiras policiais de Satuba e Rio Largo serão reativadas. O presidente agradeceu aos Conselheiros a forma precisa com que dirigiram as perguntas e ao Cel. ADILSON BISPO que respondeu as indagações com presteza, trazendo esclarecimentos relevantes para o Conselho. O Cel. ADILSON BISPO fez suas considerações finais e informou que está se comprometendo a entregar os dados estatísticos de cada unidade que integra o Comando de Policiamento da Capital, inclusive com suas áreas de atuação e entregou uma cópia do Termo de Ajustamento de Conduta no que concerne às torcidas organizadas nos estádios de futebol. Continuando **o Presidente sugeriu ao Plenário que o Conselheiro LEAN ARAÚJO integrasse a Comissão do Diagnóstico da Polícia Militar. O Plenário concordou por unanimidade.** Antes de passar a palavra ao próximo convidado, o Presidente informou ao Plenário que já estão chegando ao Conselho as informações requisitadas aos órgãos da Segurança Pública e imprescindíveis ao relatório que será elaborado pelas Comissões encarregadas dos diagnósticos das Polícias Civil, Militar e Sistema Penitenciário. E, especificamente, no material referente ao diagnóstico da Polícia Civil percebeu que existem nas Delegacias de Polícia, principalmente da Capital, vários presos que não tem a indicação do processo ou da Comarca ou Vara onde tramita o processo, etc. Dessa forma, com o intuito de operacionalizar o mecanismo de integração do Conselho, fez contato com o Defensor Público Geral do Estado, que ao tomar conhecimento do caso, imediatamente, disponibilizou um Defensor Público para fazer um levantamento das informações “in loco”, para providências práticas futuras. Aproveitando a presença de todos os Conselheiros e dos Presidentes da ADEPOL e SINDPOL, o Presidente do Conselho passou a explicar sobre a necessidade de refazer o fundo de reaparelhamento da Segurança Pública, lembrando a todos como seria importante para a Segurança Pública se tal fonte de receita fosse incrementada e direcionada para a modernização dos órgãos policiais, lembrando o exemplo do FUNJURIS do Poder Judiciário que hoje é uma realidade, mencionou que já havia feito um ligeiro contato com o Cel. RONALDO, subsecretário de Defesa Social, solicitando informações sobre o uso dos recursos do atual fundo. Dessa forma, **o Presidente julgou pertinente que o Plenário discutisse e votasse sobre a necessidade do Conselho ter conhecimento do montante e destinação do Fundo de Reaparelhamento da Segurança Pública nos últimos 04 (quatro) anos. O Plenário aprovou a matéria por unanimidade.** Nesse momento, passou a palavra ao Presidente da ADEPOL/AL, para que o mesmo, sob a ótica da Associação que ele representa, fizesse em 15 (quinze) minutos uma síntese do diagnóstico da Segurança Pública no Estado. O Delegado ANTONIO CARLOS AZEVEDO LESSA, iniciou sua explanação relatando a precariedade das delegacias de polícia do Estado, chegando a colocar em risco a segurança dos profissionais que lá trabalham e da própria população que se vê obrigada a comparecer em uma unidade policial, seja pelas condições precárias que elas se encontram ou pelo risco iminente de resgate de presos. Isso em qualquer ponto do Estado ou até mesmo na capital. Lembrou de alguns casos recentes, e o fato de, principalmente no interior, em que a população chega a ajudar na manutenção da Delegacia, onde deveria ser obrigação do Estado. Informou que a ADEPOL já enviou expediente ao Secretário de Defesa Social e ao Diretor Geral da Polícia

Civil discriminando vários itens urgentes que precisam ser sanados. Falou que atualmente a ADEPOL está elaborando um documento com um “raio X” das piores delegacias do Estado e outro informando a atual deficiência da Polícia na obtenção da Prova Técnica, fragilizando toda uma investigação policial. Afirmou que a ADEPOL já entrou com uma representação no Ministério Público pedindo a interdição de várias delegacias de polícia, relatando o caos que se encontra a situação e vai entregar na Secretaria do Conselho cópias dos expedientes que mencionou aqui. Aproveitou para convidar os Conselheiros a visitarem as delegacias da Capital e do Interior e ver a deplorável situação em que se encontram. Para concluir, mencionou o fato do Tribunal de Justiça de Alagoas ter autorizado os Juízes Criminais a receberem os Termos Circunstanciados de Ocorrência lavrados pela Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal, afirmando que a Associação dos Delegados era contra tal entendimento e que gostaria que o Conselho, como órgão de Deliberação acerca dos Problemas ligados à Segurança Pública, se pronunciasse a respeito. Agradeceu o convite e colocou a ADEPOL/AL à disposição para qualquer informação que o Conselho venha a precisar. Nesse momento, o Presidente do Conselho manifestou interesse em conhecer o teor das reivindicações da ADEPOL, em seguida leu instrução normativa que instituiu a Central de Inquéritos e gostaria de saber o que a associação pensa a respeito. Segundo o Delegado ANTONIO CARLOS LESSA, a idéia da Central de Inquéritos é boa, mas esbarra no mesmo problema que acomete as Delegacias de Polícia, que é a falta de estrutura para desempenhar suas atribuições. Só vai dar certo se tiver fornecido as condições ideais de funcionamento, com estrutura física, material e humana suficientes. Mas o ideal era que não houvesse inquéritos atrasados nas Delegacias. E, em relação ao primeiro questionamento, respondeu que posteriormente vai encaminhar a pauta de reivindicações para a Secretaria do Conselho. Ainda complementando seu raciocínio, o Presidente da ADEPOL, no tocante ao problema de presos em Delegacia, sugeriu a criação de mais presídios, principalmente no interior do Estado e a conseqüente transferência dos presos. Lembrando novamente que não é função do Policial Civil fazer a custódia de presos em Delegacias. Nesse momento, o Conselheiro CARLOS ALBERTO lembrou que hoje em dia a questão da Segurança Pública é seríssima e que não é mais possível o Policial Militar que está nas ruas fazendo a Segurança Ostensiva ao apresentar um preso na Delegacia, perca um tempo enorme esperando a lavratura de um procedimento do tipo TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência, deixando de atuar. **Devido à importância e gravidade do assunto, o Conselheiro ALBERTO JORGE, sugeriu que o mesmo fosse incluído na pauta da próxima sessão. Após breve votação, o Plenário concordou por unanimidade.** O Presidente sugeriu que o Conselheiro JORGE COUTINHO indicasse alguém do Alto Comando da Polícia Militar para falar sobre o tema, que é complexo por natureza e envolve aspectos práticos do dia-a-dia do Policial. Lembrou que, conforme foi noticiado aqui, a Corregedoria do Tribunal de Justiça de Alagoas disciplinou que os Juízes podem receber os Termos de Ocorrência elaborados pela Polícia Militar. O Conselheiro JORGE COUTINHO informou que caberia ao próprio Comandante da Polícia falar sobre o assunto, mas que o Cel. Adroaldo Goulart estaria habilitado a falar, inclusive com autorização do comandante. O assunto foi incluído na pauta da próxima sessão, inclusive o convite para a exposição sobre o Termo Circunstanciado de Ocorrências - TCO. Finalmente, convidou o Presidente da ADEPOL a apresentar os documentos e outros materiais que a Associação tiver e tenham pertinência com o assunto do Termo Circunstanciado de Ocorrência. **Em**

seguida, com uma pequena correção gráfica, a ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade à pauta, o Presidente passou a palavra ao Policial CARLOS JORGE DA ROCHA, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado, que iniciou sua exposição, afirmando que os problemas são enormes e inúmeros. Mas, nesse momento especial, o que mais preocupa o SINDICATO são as péssimas condições de trabalho nas mais diversas Delegacias de Polícia e na própria Academia de Polícia Civil. O Presidente do Conselho ficou surpreso com o número de mais de 700 (setecentos) processos na Corregedoria de Polícia Civil e gostaria de saber o que o Presidente do Sindicato pensa sobre o assunto. O Policial CARLOS JORGE também se mostrou surpreso e afirmou que até o Sindicato sofre com isso, pois tem que disponibilizar assessoria jurídica para a maioria desses casos, pois o salário do Policial não permite que o mesmo contrate um advogado, acarretando um custo adicional para a Instituição e que já cogitou se não seria o caso da Defensoria Pública atuar e concluiu afirmando que na grande maioria dos casos, não passa de pequenas infrações que poderiam ser resolvidas na própria Delegacia, mas por questões de vaidades acaba chegando à Corregedoria. No tocante à carga horária, CARLOS JORGE relatou o fato de o Policial Civil ter aumentada a sua jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais sem ter tido acréscimo algum em seus vencimentos. Lembrou também que o Policial Civil não é carcereiro, para essa função já existe hoje, no Estado, o cargo de Agente Penitenciário e que o Policial tem que realizar sua atribuição que é investigar. Continuando, esclareceu que o Sindicato tem uma pauta de reivindicações e que já entregou uma cópia ao Secretário da Sessão, e que na referida pauta existe sempre uma indicação de idéias que o Sindicato tem sobre algum problema que afeta a Classe, inclusive no que diz respeito à questão dos presos nas Delegacias. Trata também o documento da efetiva necessidade de um Plano Estadual de Segurança Pública, com a indicação dos problemas que os policiais da base sentem. Na questão salarial, citou o exemplo do Distrito Federal, onde o Policial Civil, que faz a mesma função do Policial Civil de Alagoas, recebe a remuneração de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) colocando que esse deveria ser o piso salarial do Policial Civil, que inclusive, atualmente para ingressar na carreira deve ter nível superior. Continuando, colocou a questão da dignidade do Policial, que não tem alimentação adequada no plantão e nem recebe vale-transporte para se deslocar até o seu posto de trabalho. Lembrou ainda da questão da saúde mental do Policial que não tem acompanhamento psicológico e muitas vezes se vê obrigado a enfrentar situações de intenso estresse que causam trauma psicológico e o Estado, mais uma vez, dá as costas para o problema. No que diz respeito à atual greve da Polícia Civil, CARLOS JORGE passou a relatar que além do que já foi exposto, os Policiais civis estão com uma expectativa de correção em seus vencimentos de apenas 5%, enquanto o reajuste dos Policiais Militares, já concedido, foi de até 75% divididos, em algumas parcelas, este é um dos motivos que está travando as negociações, e agora ficou ainda mais grave, pois os Delegados de Polícia sofreram cortes nos seus adicionais noturnos e se solidarizaram com os Policiais da base, que, diga-se de passagem, nunca receberam o merecido adicional noturno. Nesse momento, o Conselheiro DELSON LYRA lembrou ao convidado que as reivindicações do Sindicato que ele representa são legítimas, mas é preciso ter cautela com as chamadas “gratuidades”, referindo-se ao transporte e alimentação, pois no capitalismo tudo é cobrado. O Conselheiro ALBERTO JORGE lembrou que devido à urgência que o caso requer, pelos princípios do interesse público que estão em questão no

contexto atual, os problemas devem ser tratados com objetividade para só assim ser alcançada a justa tomada de decisão por parte dos agentes público, tanto de uma parte quanto da outra, evitando com isso colocar mais ainda em risco a segurança da sociedade e a tranquilidade social. O presidente do Conselho externou que ao analisar a pauta do SINDPOL, percebeu a existência de 02 (dois) pontos que são da competência do Conselho de Segurança e que, inclusive, já estão sendo tratados pela comissão do diagnóstico da Polícia Judiciária, lembrou ainda, da necessidade de disciplinar os serviços de plantão, pois acredita que existe um excesso de servidores atuando em escalas de plantão, o que, de inequívoco modo, acarreta uma deficiência na qualidade do serviço prestado, necessitando de um número até três vezes maior de servidores para desenvolver a mesma atividade, causando, dessa forma, uma maior divisão da parcela de recursos destinada ao pagamento de pessoal, causando a impossibilidade de melhor remuneração por parte dos que já estão nos quadros da Classe. Concluiu que nessa seara é preciso racionalizar, no que foi corroborado pelo Conselheiro TUTMÉS AIRAN, e por fim, frisou que se faz imprescindível, nos tempos atuais, o uso da tecnologia na Segurança Pública. Franqueada, novamente, a palavra ao Presidente do SINDPOL, o mesmo falou que em consonância com o problema dos plantões excessivos é necessário regionalizar os futuros concursos públicos, a exemplo do que ocorreu em estados vizinhos, principalmente por causa do domicílio do policial fora da cidade em que foi lotado. Aparteado pelo Presidente do Conselho, CARLOS JORGE, respondeu que realmente a lotação dos servidores está totalmente distorcida e esse é um problema crônico que deve ser combatido de dentro da própria estrutura da Polícia Civil. O Presidente do Conselho relatou que por força do próprio Regimento Interno, ao Conselho Estadual de Segurança Pública é facultado, antes da tomada de decisões que envolvam interesses de categorias de servidores da Segurança Pública do Estado, ouvir as associações de classe que podem até mesmo fazer sua sustentação oral para os assuntos de seus interesses. Nesse momento, o Conselheiro LEAN ARAÚJO lembrou novamente da necessidade do Conselho ter conhecimento do montante e destinação dos recursos que são direcionados para a Segurança Pública. O Conselheiro JORGE COUTINHO, lembrando o problema da custódia de presos em Delegacias, citou um exemplo conhecido por ele quando esteve no Estado do Rio de Janeiro, onde existia uma espécie de *container* que era utilizado como local para prisão e que poderia servir para minimizar o problema, principalmente, no interior do Estado. No tocante à tecnologia, o Conselheiro ALBERTO JORGE propôs convidar algum membro do PRONASCI ou SENASP para expor acerca dos programas da área de Segurança Pública e que poderiam servir para o Estado de Alagoas. Nesse momento, a Conselheira KARLA PADILHA mencionou que conhece exemplos do Estado de Minas Gerais que deram certo e da necessidade que os órgãos responsáveis pela Segurança Pública trabalhem em sintonia, seguindo uma mesma uniformização, lembrando que se trata de interesses públicos e já poderiam ter seus projetos sempre entrelaçados nos objetivos. Citou exemplos de países que apresentavam problemas bem mais graves que os nossos e que a solução encontrada, inicialmente, foi afastar os maus policiais e melhor equipar as polícias, melhorar os meios de controle, para a partir daí integrarem-se com outras Instituições como: Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Civil e Poder Judiciário. Destacou, ainda, ser muito importante que os gestores dos órgãos da Segurança Pública apresentem projetos para a Segurança Pública. Nesse momento, o Presidente do Conselho lembrou a todos os presentes que o Conselho tem competência,

também, para cobrar dos gestores os resultados colimados e, inclusive, apontar caminhos e metas a serem seguidas. O Conselheiro PAULO HENRIQUE BRÊDA, colocou para o Plenário que existem programas sociais que garantem moradia para os Policiais, trata-se do PAR – Programa de Arrendamento Residencial, mas é muito baixo o índice de adesão, dessa forma, gostaria de saber do Presidente do SINDPOL o que está havendo. CARLOS JORGE afirmou que tal fato se deve a quantidade de empréstimos que os Policiais são obrigados a contrair, torna impraticável a adesão ao referido projeto. Para o Presidente do SINDPOL é mais uma vez o problema da baixa remuneração dos Policiais Civis que volta em questão. O Presidente do Conselho deu por encerrada a fase das explicações e dando continuidade aos trabalhos, incluiu na pauta o julgamento do pedido de vista do Conselheiro DELSON LYRA em relação ao Processo RP 002/07, que trata de Irregularidades na transferência de Preso, tendo como interessado o Juiz de Direito da 16ª Vara Criminal da Capital e Relator o Conselheiro ARNALDO SOARES. O Conselheiro DELSON LYRA, em pedido de vista, votou no sentido de que fosse instaurada a sindicância administrativa para apurar eventual irregularidade na transposição do preso, concluindo em direção oposta ao Relator que votou pelo arquivamento. Colocada a matéria em votação, o Plenário, por maioria, representado por dez votos a favor e um contra, decidiu pela Instauração da Sindicância, em face da manutenção do voto do Conselheiro ARNALDO SOARES. O Relator passou a ser o conselheiro DELSON LYRA a quem o Presidente determinou que o processo fosse entregue, após as formalidades de praxe. Finalizando os trabalhos, o Presidente lembrou ao Plenário que não existe atualmente uma regulamentação no âmbito dos órgãos da Segurança Pública que discipline as Requisições que tratam da movimentação de Presos no Estado, podendo o assunto vier a ser tratado em futuras sessões do Conselho. O Conselheiro PAULO HENRIQUE BRÊDA sugeriu que fosse pesquisado como o assunto é tratado em outros Estados da Federação e posteriormente discutido no Plenário. O Presidente informou que o último item da presente pauta seria discutido na próxima sessão, daqui a 15 (quinze) dias, declarando o encerramento dos trabalhos, às treze horas e quarenta minutos. Da sessão lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos Conselheiros presentes.

**Conselheiro MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO
PRESIDENTE**

Conselheiro DELSON LYRA DA FONSECA

Conselheiro ALBERTO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA

Conselheira KARLA PADILHA REBELO MARQUES

Conselheiro TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE

Conselheiro ARNALDO SOARES DE CARVALHO

Conselheiro JORGE SILVA COUTINHO

Conselheiro CARLOS ALBERTO BARBOSA

Conselheiro PAULO HENRIQUE FALCÃO BRÊDA

Conselheiro LEAN ANTONIO FERREIRA DE ARAÚJO